

História da Educação de pessoas cegas na Paraíba

History of the Education of Blind People in Paraíba

Maria Leticia Costa Vieira¹

Aline de Moraes Limeira²

Resumo:

Este artigo analisa projetos de educação destinados às pessoas cegas no Asylo de Mendicidade da Paraíba, no período de 1913 a 1944, problematizando as relações entre assistência, filantropia, higienismo e iniciativas educativas no contexto da Primeira República e das primeiras décadas do século XX. Fundamentado na História Cultural em diálogo com a Educação, o estudo mobiliza como principais fontes a imprensa paraibana, especialmente os jornais *O Norte* e *A União*, compreendidos como instâncias produtoras de discursos e representações sociais. A investigação evidencia que, embora o Asylo não tenha sido criado como instituição escolar, nele circularam propostas de instrução musical, alfabetização e formação laboral dirigidas a internos cegos, revelando tensões entre controle social e possibilidades educativas. Os registros analisados indicam que a presença recorrente de pessoas com deficiência visual mobilizou debates públicos acerca da criação de seções específicas de ensino e que esse movimento contribuiu para a emergência do Instituto dos Cegos da Paraíba, em 1944. Conclui-se que a História da Educação de pessoas cegas no estado resulta de um processo histórico mais amplo, anterior à sua institucionalização formal.

Palavras-chave: História da Educação; Deficiência; Imprensa; Pessoa Cega; Paraíba.

Abstract:

This article analyzes educational projects directed toward blind people at the Asylo de Mendicidade da Paraíba between 1913 and 1944, examining the intersections between philanthropy, hygienism, public assistance, and educational initiatives in the context of Brazil's First Republic and early twentieth century. Grounded in Cultural History and informed by disability studies and discussions on biopower and normalization, the research draws primarily on the Paraíba newspapers *O Norte* and *A União*, understood as producers of social discourses and representations rather than merely informative vehicles. The findings demonstrate that although the Asylum was not originally conceived as a school, proposals for musical instruction, literacy, and vocational training circulated within its space, especially concerning blind inmates, revealing tensions between social control and educational possibilities. The recurring presence of visually impaired individuals generated public debate regarding specialized instruction and contributed to the later foundation of the Instituto dos Cegos da Paraíba in 1944. The study concludes that the schooling of blind people in the state resulted from a broader historical process, predating formal institutionalization and marked by ambivalences between tutelage, moral regeneration, and educational recognition.

¹ Doutoranda na linha de História da Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE-UFPB). Pesquisadora Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste Oitocentista (GHENO/UFPB). Bolsista CAPES. Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-7347-2477>. Email: lcosta3007@gmail.com.

² Doutora em Educação. Professora Adjunta do Centro de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB. Pesquisadora Integrante do Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste Oitocentista (GHENO/UFPB). Orcid iD: 0000-0002-5964-6661. Email: alinedemoraislimeira@gmail.com.

Keywords: History of Education; Disability; Press; Blind People; Paraíba.

Introdução

Historicamente, sabemos que a condição atípica de formação física ou neurológica das pessoas é classificada como deficiência, que significa falha, anormalidade. Como afirma Diniz (2007, p. 4) “a concepção de deficiência como uma variação do normal da espécie humana foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma”. Essa afirmação aponta para a gênese de um olhar normativo e regulador sobre os corpos, diretamente relacionado à emergência das ciências modernas e à racionalidade iluminista. Michel Foucault explica que o advento do biopoder, a partir do contexto supracitado, implicou em uma crescente medicalização e normalização dos corpos, impondo padrões de conduta, saúde e produtividade. Assim, a deficiência não é apenas uma condição física, mas o resultado de um processo discursivo que define quem está ou não dentro dos limites da normalidade (Foucault, 1995).

Autores como Lennard J. Davis (2006) também discutem a construção da normalidade como categoria excludente. Segundo ele, o surgimento das estatísticas no século XIX produziu um ideal de corpo médio e funcional, reforçando a marginalização daqueles que não se enquadravam nesse padrão. Nesse contexto, a deficiência não é inerente ao sujeito, mas construída socialmente em oposição ao ideal de corpo normatizado e funcional (Davis, 2006).

O modelo social da deficiência, amplamente difundido a partir das décadas de 1970 e 1980, indica nova perspectiva ao deslocar o foco da deficiência do corpo individual para as barreiras impostas pela sociedade (Oliver, 1990). Dessa forma, compreende-se que os cerceamentos das pessoas com deficiência não se deviam apenas às suas condições ou limitações funcionais, mas sobretudo à forma como a sociedade organiza seus espaços, discursos, instituições e relações. Ou seja, como se estabelece, se forja e se legitima a funcionalidade social e a sua relação com seus diferentes sujeitos e condições.

O campo da Educação é um importante espaço para pensar modos de existência e experiências desses sujeitos que foram constituídas ao longo do tempo. Apesar da escassez de pesquisas, os estudos que temos realizado no âmbito da História da Educação de pessoas com deficiência na Paraíba, entre o final do século XIX e início do XX, revelam a ocorrência de experiências educacionais diversas, articuladas ou não ao assistencialismo. Documentos registram, por exemplo, a presença de pessoas cegas em atividades profissionais em bandas musicais ou em concursos de poesia e oficinas de tipografia e produção de impressos ainda no Oitocentos (Jornal O Publicador, 1868, Edição 1783, p.1).

Esses achados evidenciam práticas de ensino, formação e profissionalização, geralmente em espaços alternativos localizados na região. Essa realidade já sugere a necessidade de ampliar a historiografia tradicional da educação, incorporando investigações sobre práticas culturais e sociais, também entendidas como articuladas ao fenômeno da educação (Brandão, 2007). Neste sentido, partimos do pressuposto de que refletir acerca da História da Educação de pessoas com deficiência não se restringe apenas a pensar à escolarização dessas pessoas.

Neste artigo, nosso objetivo é analisar experiências e propostas educacionais no âmbito de uma instituição específica; o Asylo³ da Mendicidade, que funcionou entre 1913 e 1963⁴. Apesar de sua existência se estender até 1963, estabelecemos como recorte cronológico para este estudo o ano de 1944⁵, em razão da criação do Instituto dos Cegos da Paraíba, que surgiu e funcionou por alguns anos no prédio do Asylo. Essas informações serão detalhadas adiante.

O Asylo da Mendicidade não se configurou como um espaço de atendimento específico para pessoas com deficiências, no entanto, localizamos registros importantes da presença de pessoas cegas entre os demais internos nas suas dependências. Ao mesmo tempo, indicações importantes sobre projetos educacionais direcionados a este público sendo propostos para o espaço. Da mesma forma, há indícios de uma história entrelaçada com o já mencionado Instituto dos Cegos da Paraíba.

Em termos de orientação teórico-metodológica, utilizamos como fonte principal de investigação a imprensa. Sobre a imprensa, consideramos que, ao noticiar, comentar e debater acerca da educação e formação de pessoas cegas na Paraíba, mencionando o Asylo da Mendicidade, os jornais engendraram sentidos sobre pobreza, deficiência e educação que

³ Optou-se por manter a grafia “Asylo”, com y, conforme aparece nos documentos e registros históricos da época, especialmente em relatórios administrativos, periódicos e outros documentos oficiais do final do século XIX e início do século XX. A manutenção dessa grafia original busca preservar a forma como a instituição era nomeada em seu contexto histórico, evitando anacronismos linguísticos que poderiam resultar da atualização ortográfica para a forma contemporânea “asilo”. Assim, sempre que o termo se refere especificamente à instituição analisada nesta pesquisa, utiliza-se a grafia histórica “Asylo”, enquanto a forma atual “asilo” é empregada apenas em referências gerais ao conceito ou a instituições similares em contextos posteriores.

⁴ Em virtude das dificuldades financeiras enfrentadas, a escritura de doação do Asylo de Mendicidade Carneiro da Cunha e de seu patrimônio foi incorporada, em 1963, à Congregação das Irmãs de Santa Catarina de Sena, passando a Instituição a se chamar “Lar da Providência Carneiro da Cunha”, instituição que se mantém ativa até o período em que esta pesquisa foi realizada.

⁵ Pesquisa de doutorado intitulada *Do Asylo de Mendicidade ao Instituto dos Cegos: a educação de pessoas cegas na Paraíba (1913–1944)* desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa História da Educação do Nordeste Oitocentista (GHENO/UFPB), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba.

ultrapassam o caráter meramente informativo. Neste sentido, ao lado de Marco Morel (2000), entendemos que a imprensa é força ativa: produz, educa, forma, forja, legitima determinadas ideias e práticas. Desta forma, interessa-nos examinar como os discursos jornalísticos produziram determinada compreensão da função social e educacional do Asylo, ora como dispositivo de saneamento moral-urbano, ora como promessa de instrução.

Sendo assim, trata-se de uma pesquisa histórica de natureza documental, fundamentada na análise de fontes impressas produzidas na Paraíba nas primeiras décadas do século XX. Conforme indicam Bacellar (2011) e Cellard (2008), a pesquisa documental pressupõe a identificação, seleção, contextualização e interpretação crítica de documentos produzidos em determinado tempo histórico, compreendidos não apenas como registros informativos, mas como construções discursivas atravessadas por interesses, valores e representações sociais. A seleção das edições considerou, como critérios, a presença de referências ao Asylo de Mendicidade da Paraíba, às condições de vida de pessoas com deficiência visual e às discussões sobre instrução, trabalho ou assistência dirigidas a esse grupo social. A análise das fontes foi orientada pelos pressupostos da História Cultural, especialmente no que se refere à compreensão da imprensa como espaço de produção e circulação de representações sociais (CHARTIER, 1990; LUCA, 2005). Assim, os textos jornalísticos foram examinados enquanto discursos que expressam formas específicas de perceber e representar a deficiência, a assistência e a educação no contexto histórico investigado. O conjunto documental analisado compreende cerca de quinze edições de jornais publicadas dentro do nosso recorte temporal, organizadas a partir de recortes temáticos relacionados às práticas assistenciais, às experiências educativas e às discussões públicas sobre a criação de instituições destinadas às pessoas cegas no estado.

Um desses impressos é o jornal paraibano *O Norte* (1908- atual). Aqui é importante observar que ele tinha como diretores e proprietários, os irmãos Oscar e Orris Soares, que também faziam parte do grupo de fundadores do Asylo, bem como de sua gestão. Oscar Soares, por exemplo, integrava a comissão de contas da instituição, o que parece justificar a presença recorrente das notícias acerca dele nas páginas desse periódico.

Outro conjunto documental de nossa pesquisa é o *Jornal A União* (1893- atual). Diferentemente do primeiro, que noticiava de forma mais ampla e diversificada, este apresentava o Asylo da Mendicidade sobretudo por meio de relatórios semanais. Somente em ocasiões específicas, como celebrações, eventos institucionais ou momentos de intervenção

estatal, o periódico dedicava maior atenção ao tema, trazendo detalhes sobre os asilados, a estrutura da instituição e o papel desempenhado pelos interventores do Estado.

A proximidade entre a imprensa e o Asylo da Mendicidade era evidente na frequência e no teor laudatório das reportagens publicadas. Em muitos períodos, os jornais *O Norte* e *A União* mantiveram uma espécie de coluna regular semanal, dedicada a noticiar entradas, saídas, doações recebidas, eventos promovidos pela instituição, entre outras informações. A partir dessas menções, podem ser problematizados indícios acerca de aspectos gerais de seu funcionamento, bem como dos sujeitos e ações envolvidos e, além de fragmentos que permitem explorar a emergência de iniciativas voltadas para princípios de educação de pessoas com deficiência visual.

Com base nos registros localizados, interrogamos, portanto, os discursos e as informações acerca do Asylo e de uma parte específica do seu público: as pessoas cegas. Como observa Farge, “O arquivo é uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado” (2022, p. 14). Sabemos que não é possível conhecer tudo o que desejamos acerca do passado. As fontes e os registros históricos são apenas brechas de outros presentes, mas que podem oferecer indícios relevantes sobre as dinâmicas sociais e institucionais de uma época.

1. O Asylo: suas ações e seu público

A instituição escolar passou a ocupar, no século XIX, um lugar central nos arranjos sociais, sendo constituída como o espaço mais legítimo e adequado para a promoção da instrução, sobretudo a primária, tanto pela sociedade quanto pelo poder público. Nesse período, observa-se a expansão de iniciativas educacionais, com a emergência de diferentes tipos de escolas tanto por agentes privados quanto por ações do Estado Imperial.

É nesse contexto de valorização crescente da escolarização como um bem público e social que, ainda no século XIX, durante o Império, surgem as primeiras iniciativas voltadas à instrução formal para pessoas com deficiência no Brasil. Destacam-se a criação do *Imperial Instituto dos Meninos Cegos*, fundado em 1854 na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, e do *Imperial Instituto dos Surdos-Mudos*, criado em 1857 também no Rio de Janeiro, instituições pioneiras na organização da educação especializada para pessoas com deficiência no Brasil. Essas instituições, segundo Limeira e Souza (2008), representam marcos importantes na legitimação da escolarização de sujeitos até então considerados

“ineducáveis”, sendo concebidas como espaços de instrução e, ao mesmo tempo, de Asylo e proteção.

O Imperial Instituto dos Meninos Cegos tinha como objetivo oferecer ensino primário e secundário, com ênfase na música e em ofícios fabris, visando possibilitar a inclusão social por meio da profissionalização. Surgiu em um contexto que buscava a escolarização das diversas camadas da sociedade (Sofiato, 2024, p. 6). Já o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, fundado pelo professor surdo francês Ernest Huet, adotava métodos específicos de ensino da língua e da comunicação visual, com o propósito declarado de “regenerar” e integrar socialmente uma classe até então marginalizada. Ambos recebiam subsídios do Estado Imperial, configurando-se como instituições de caráter híbrido, nem totalmente privadas, nem inteiramente públicas, e mantinham relações próximas com a Corte, tendo o próprio imperador D. Pedro II como patrono.

Essas iniciativas devem ser compreendidas à luz de um movimento internacional mais amplo de constituição da *forma escolar moderna* (Varela; Álvarez-Uría, 1991), que, no Brasil oitocentista, assumiu contornos específicos: a seleção do público atendido e um currículo voltado tanto para a instrução moral, religiosa e intelectual quanto para a capacitação laboral.

No caso da Paraíba, uma das primeiras iniciativas sobre a qual temos registros de algum tipo de atendimento educacional para pessoas com deficiência, até o momento, constitui-se no início do século XX. Trata-se do *Asylo da Mendicidade*, Instituição que, embora não se configure inicialmente como escola nos moldes clássicos, incorpora uma lógica assistencialista, higienista e alguma iniciativa educacional e formativa. Entendemos que se trata de uma história importante, que antecede à institucionalização do atendimento escolarizado para esse público, que aconteceu a partir do Instituto dos Cegos da Paraíba, em 1944.

As fontes indicaram que a criação do Asylo de Mendicidade ocorreu em João Pessoa no início do século XX, em 02 de março de 1913 (Jornal *O Norte*, Edição 1.376, 1913, p. 3). Os registros na imprensa apontam que o seu surgimento respondia a uma “necessidade” urbana de lidar com a presença de populações marginalizadas, pobres e que ocupavam as ruas da cidade (Jornal *O Norte*, Edição 1.376, 1913, p. 3.). O texto sobre sua inauguração, publicado no jornal, reflete um discurso comum no país desde o século XIX, marcado pela exaltação da filantropia como expressão de progresso e civilização. Na edição completa, o jornal exalta que, entre os “illustres conterrâneos” estavam integrantes da Maçonaria, destacando sua atuação direta na criação, gestão e funcionamento. O texto posiciona o Asylo

como instituição paralela ao Estado e à Igreja, operando na esfera da assistência por meio da filantropia ativa e do auxílio aos “desgraçados” – categoria social que se vincula diretamente à pobreza, deficiência e marginalidade. Ao dizer que a Maçonaria é “um corpo para o qual a desgraça é um sinal de convocação” (Jornal *O Norte*, Edição 1.376, 1913, p. 3, *grafia original*), o artigo mobiliza uma retórica que associa a instituição a valores de altruísmo, dever moral e solidariedade social. Essa formulação não se limita a descrever uma prática de assistência, mas produz uma narrativa de legitimação pública do protagonismo maçônico nas iniciativas filantrópicas. Ao construir a imagem de uma instituição naturalmente vocacionada para socorrer os desvalidos, o discurso reforça o prestígio social da Maçonaria e sustenta sua autoridade moral no campo da assistência. Nesse sentido, mais do que registrar uma ação beneficente, o texto evidencia como a filantropia também operava como mecanismo de construção de reconhecimento social e de afirmação institucional no espaço público.

Ao mesmo tempo, o discurso emprega uma retórica grandiloquente, destacando o evento como um “belíssimo espetáculo que tanto engrandece os sentimentos da alma humana” (Jornal *O Norte*, Edição 1.376, 1913, p. 3, *grafia original*.), revelando a tentativa de legitimar a ação assistencial como um ato de nobreza moral por parte da elite local. Ao exaltar a filantropia local, o jornal construiu uma narrativa que conciliava a modernidade urbana com a caridade cristã, ao mesmo tempo em que reforçava a clivagem entre “benfeitores” e “assistidos”. Essa retórica alinha-se ao processo mais amplo de institucionalização da pobreza no Brasil, que, segundo Foucault (1995), constitui uma das estratégias de controle dos corpos “anômalos”, fundamentada no biopoder e nas tecnologias disciplinares, conforme mencionado na introdução deste estudo.

A organização de instituições como o *Asylo de Mendicidade* não pode ser compreendida apenas como uma resposta caritativa à miséria urbana, mas deve ser analisada no contexto do processo de consolidação de um ideário político -monárquico e republicano - no qual a filantropia se articula com projetos de modernização e higienização social. Para Chalhoub (1996), os pobres e marginalizados passaram a ser alvo de uma política de contenção e tutela, que, sob o manto da assistência, buscava sua invisibilização e controle. Nesse sentido, o elogio aos “impulsos philanthropicos do coração parahybano” (Jornal *O Norte*, Edição 1.376, 1913, p. 3, *grafia original*.) revela também um disciplinamento institucional sob um verniz moral e cristão, característica recorrente das práticas assistenciais da Primeira República.

Outro aspecto relevante é a forma como o texto legitima a ação dos “ilustres concidadãos”, apresentando-os como protagonistas da caridade e do progresso local. É a eles que a imprensa confere visibilidade, e não à ação em si, tampouco ao público atendido, amparado e auxiliado. Tal postura reforça a divisão social entre “benfeitores” e “assistidos”, promovendo uma verdadeira pedagogia da desigualdade. Como argumenta Silva (2008), a assistência institucional contribuiu para reafirmar a hierarquia entre os sujeitos, ao mesmo tempo em que educava os pobres para aceitarem passivamente sua posição subalterna. A população assistida, portanto, não é reconhecida como sujeito de direitos, mas tratada como objeto, alvo de controle e moralização.

Ademais, ao descrever o Asylo como o “melhor apanágio das idéas modernas”, o texto evidencia como as instituições asilares se vincularam à ideologia do progresso e à crença na ordem como pilares do projeto republicano. Segundo Rizzini (2008), durante o processo de urbanização das cidades brasileiras, as populações pobres, crianças, mendigos, doentes e pessoas com deficiência, passaram a ser consideradas sujeitos desviantes, e seu confinamento em instituições era visto como condição necessária para a construção de uma sociedade disciplinada. O Asylo, nesse sentido, materializa a crença de que o bem-estar coletivo dependia da separação e da correção dos corpos considerados disfuncionais à ordem social.

Esta foi a primeira instituição formal na Paraíba cujo registro indica algum tipo de atendimento assistencial e educacional voltado a um público que também incluía pessoas com deficiência visual e que, como os demais, encontravam-se em condição de miséria. Em outras palavras, a deficiência física não era o fator determinante para o acolhimento dessas pessoas, mas sim a sua condição de indigência. Sobre isso, o jornal observava: “Inaugurado, precisamente há um mês e dois dias, o Asylo de Mendicidade desta Capital [...] não pode, infelizmente, acolher a todos os que o procuram” (Jornal *O Norte*, edição n.º 1.402, 1913, p. 1, *grafia original*).

Em outra edição do jornal, é possível analisar o perfil dos primeiros asilados. A lista dos 33 primeiros internos do Asylo de Mendicidade da Paraíba revela um perfil marcadamente masculino e envelhecido. As idades variam de 48 a 90 anos, com média aproximada de 68 anos, o que evidencia a função do Asylo como espaço de acolhimento de idosos empobrecidos, considerados inservíveis para o trabalho e frequentemente desamparados por redes familiares. Dos 33 admitidos, 31 possuem nomes tipicamente masculinos, enquanto apenas duas mulheres são listadas, ambas identificadas com o título de

"D.", o que pode indicar um tratamento diferenciado ou uma exceção à regra (Jornal *O Norte*, 1913, edição n.º 1.405, p. 1).

O funcionamento do Asylo ficou registrado também em relatórios anuais (até o momento, tivemos acesso apenas ao relatório de 1917). Esses documentos constituem fonte privilegiada para compreender sua dinâmica institucional, pois reuniam informações detalhadas sobre receitas, subvenções, despesas correntes, fornecimentos, ocorrências do cotidiano, práticas de atendimento, número de visitas recebidas. Descreviam ainda o perfil dos asilados, os critérios de triagem, a assistência prestada, que incluía serviços médicos e farmacêuticos, muitas vezes em articulação com a Santa Casa de Misericórdia, bem como registros da vida cotidiana na instituição, acompanhados de notas de pesar, considerações gerais e até anexos fotográficos. Nessas imagens, figuravam desde retratos de asilados em atividades laborais ou dentro da instituição até fotografias da diretoria e dos gestores responsáveis por cada exercício administrativo. Tais relatórios evidenciam que o perfil dos asilados se manteve relativamente estável ao longo do tempo, centrado em pessoas pobres e desamparadas, mas também revelam a preocupação em associar a obra à filantropia organizada e ao amparo estatal.

O Relatório datado de 1917, quatro anos após sua criação, registra um total de 66 asilados, sendo 44 mulheres e 22 homens. Ou seja, exatamente o dobro da quantidade de pessoas atendidas no seu primeiro ano de funcionamento, em 1913. Outra mudança significativa ocorreu em termos de identificação de gênero desses indivíduos. A presença feminina majoritária sugere que o Asylo assumia, naquele contexto, uma função de recolhimento das mulheres pobres que, excluídas da lógica familiar e produtiva, se tornavam socialmente “descartáveis”, fenômeno que não se observa nos primeiros anos de funcionamento da instituição. Assim, o Asylo de Mendicidade amparava mulheres que, pela idade e condição social escapavam das expectativas sociais impostas à feminilidade burguesa (Jornal *O Norte*, 1917, Edição 02544, p.1).

Apesar desse quadro de pessoas mais idosas, a instituição anunciava que seu propósito era acolher apenas mendigos “capazes de se restabelecerem dos estragos causados pela miséria” e que, uma vez recuperados, pudessem “voltar ao trabalho em proveito próprio”. Trata-se, portanto, de um modelo assistencial voltado à “reabilitação útil”, isto é, ao restabelecimento de sujeitos considerados regeneráveis e produtivos. O caso de um atendimento rejeitado, o de José Gago, “francamente epiléptico e tetraplégico”, exemplifica o limite desse modelo. Ele foi excluído da possibilidade de acolhimento, mesmo sendo

indigente e sem acesso a cuidados médicos (Jornal *O Norte*, edição n.º 1.402, 1913, p. 1, *grafia original*). Essa rejeição evidencia que o Asylo não era pensado como espaço de cuidado contínuo de saúde, mas sim como um dispositivo de saneamento moral e social, seletivo e higienista, com perspectiva educacional e de formação baseada na utilidade e na produtividade do indivíduo.

Fato é que, entre muitos dos sujeitos selecionados e atendidos pela instituição, logo nos primeiros meses de funcionamento, “deu entrada no Asylo o indigente cego Abílio de Souza Coêlho” (Jornal *O Norte*, 1913, edição n.º 1.405, p. 1, *grafia original*). A presença desse público entre os demais atendidos pela instituição é justamente o que interessa destacar para análise, exame e investigação.

2. A presença de pessoas cegas entre os asilados do Asylo

Logo no seu primeiro ano de funcionamento, temos o registro da demanda formal de atendimento por parte do senhor Abílio, uma pessoa cega (Jornal *O Norte*, 1913, edição n.º 1.405, p. 1). O pedido de atendimento foi seguido por um processo seletivo, no qual obteve aprovação, culminando em seu ingresso na instituição. Embora as informações disponíveis acerca desse indivíduo ainda sejam limitadas a esse registro, o contexto apresentado oferece subsídios significativos para análises e reflexões no âmbito da pesquisa histórica.

Desde o início do funcionamento do Asylo, também já identificamos a indicação de demandas e sugestões para que o espaço pudesse estabelecer um tipo de assistência específica para esse público. Sobre isso, o jornal registrava: “O Asylo de Mendicidade pode e deve instituir, com pequena despesa, uma secção especial para cegos” (Jornal *O Norte*, 1913, edição n.º 1.411, p. 1, *grafia original*). Em outra edição, mencionava que deveria haver um tratamento e instrução específicos para cegos (Jornal *O Norte*, 1913, edição n.º 1.420, p. 1).

Dessa forma, compreendemos que a presença de pessoas cegas entre o público atendido na instituição parecia ser uma constante, ao mesmo tempo em que a realidade dessas pessoas - suas necessidades específicas de atendimento, amparo, auxílio e inserção social - também mobilizavam alguns de seus gestores e associados, provocando certo engajamento.

A essa sugestão publicada no jornal, porém, a administração indicou suas limitações ou falta de interesse e respondeu inicialmente que essas pessoas deveriam ser encaminhadas para instituições especializadas. Em relação à solução provisória de envio de jovens com deficiência visual para instrução em outros espaços, observamos que se mencionavam

experiências anteriores malsucedidas de envio de cegos para o Asylo de Alienados de Recife, denunciando as condições insalubres vividas por seus internos, com menção inclusive a “calabouço horrível” e “falta absoluta de hygiene” (Jornal *O Norte*, 1913, edição n.º 1.420, p. 3, *grafia original*). Também se sugeria o encaminhamento para outros estabelecimentos existentes no Rio de Janeiro, destacando o Instituto Benjamin Constant (antigo Instituto Imperial dos Meninos Cegos) (Jornal *O Norte*, 1913, edição n.º 1.419, p. 1, *grafia original*):

Surdos mudos e meninos cegos. Já foi recolhido ao instituto de surdos mudos na côrte o menino, filho de José Soares de Almeida, de quem tratei em meu relatório anterior. Convêm de novo chamar a attenção d'Assembléa Provincial para este assumpto, a fim de que seja votada alguma quantia, com a qual possam ser enviados àquelle instituto, ou ao imperial dos meninos cegos, alguns filhos da provincia, que careção de taes auxilios, visto que esses estabelecimentos têm proporções para admitir mais alguns individuos, segundo foi declarado no aviso circular do ministerio do imperio de 20 de abril deste anno. (Relatório do Presidente da Província da Parahyba do Norte, 1871, p.55, *grafia original*).

O Relatório da Província de 1871 evidencia as limitações estruturais e políticas do atendimento educacional às pessoas com deficiência no Brasil Imperial. O documento, ao mencionar o envio de um menino surdo-mudo residente na província da Paraíba ao Instituto de Surdos-Mudos da capital do país, a Corte Imperial, bem como a necessidade de recursos para viabilizar o encaminhamento de outras crianças cegas e surdas, revela que a educação desses sujeitos constituía-se como uma demanda existente, porém não tratada como um direito universal, mas sim como uma demanda assistencial pontual, dependente da boa vontade do poder legislativo provincial e da disponibilidade de vagas nas únicas instituições existentes em todo o território nacional. Essa dinâmica de encaminhamento individualizado, mediante apelos e solicitações, expõe a centralização dos serviços especializados nas instituições citadas, o que colocava as demais províncias em posição de subalternidade e restringia o acesso de crianças e jovens, sobretudo pobres e residentes no interior, aos processos de escolarização.

Além da centralização geográfica, observa-se uma lógica seletiva e meritocrática de inclusão, na qual a assistência era tratada como ato de benevolência e não como política pública voltada à inclusão educacional. Nesse contexto, educar e civilizar eram concebidos como ações solidárias convergentes para um mesmo objetivo: eliminar fatores adversos e promover um futuro regenerado, livre de vícios e promissor para o indivíduo, a sociedade e o Estado (Gondra, 2005). O pedido de votação de verbas específicas para cada caso reforça a



INTERFACES DA EDUCAÇÃO

inexistência de uma política sistemática e evidencia a visão do atendimento à deficiência como prática filantrópica, sujeita à aprovação orçamentária e à autorização ministerial.

Retornando à resposta dos gestores do Asylo, em 1913, acerca da demanda supracitada, eles afirmaram:

Por ora, o nosso serviço é mais de saneamento, do que de educação [...] Os asylados que temos recolhido da via pública, comumente, indivíduos de vida degradada [...] quase todos em idade avançada e esgotados das energias, e completamente incapazes para ler, para música, e, como era de esperar, para outras ações sociais. A falta de regime obrigatório de instrução e distribuição de trabalho tem embaraçado, para a regeneração de cada indivíduo, a boa aplicação de atividades no sentido útil à vida e à reforma íntima (Jornal *O Norte*, 1913, Edição 1419, p.1, *grafia original*).

O discurso revela aspectos centrais das funções sociais atribuídas a essas instituições no Brasil do final do século XIX e início do século XX. Inserido em um contexto marcado pelas ideologias higienistas e eugenistas, o Asylo é descrito não como espaço de promoção da cidadania, mas como instância de urgente saneamento moral e urbano, na qual a assistência se encontra subordinada ao controle da indigência visível.

A expressão presente em editorial da época, “Por ora, o nosso serviço é mais de saneamento, do que de educação” (Jornal *O Norte*, 1913, edição n.º 1.419, p. 1), é emblemática da lógica que regia a assistência pública no período. A ênfase no saneamento, nesse caso, ultrapassa o campo da saúde física para operar como instrumento de “limpeza social”, no qual o confinamento de pobres, idosos, pessoas com deficiência e outras populações marginalizadas era justificado pela necessidade de preservar a ordem, a estética e os valores morais da cidade moderna. Os asilados são descritos como “figuras humanas, miséria e custo para a cidade pública”, o que revela a desumanização desses sujeitos e sua redução a um problema administrativo a ser eliminado ou, ao menos, invisibilizado.

Nesse mesmo sentido, o jornal reforça a distinção entre os pobres “limpos e envergonhados”, toleráveis dentro da lógica de uma pobreza resignada, e aqueles que “persistem” no Asylo, vistos como incuráveis e incompatíveis com qualquer projeto regenerativo. Ao descrever os asilados como “indivíduos de vida degradada [...] completamente incapazes para ler, para música e [...] outras ações sociais”, a administração não apenas naturaliza a exclusão desses sujeitos de projetos educativos e culturais, mas também reafirma um estigma que associa velhice, deficiência e pobreza à improdutividade e à degeneração moral.

A recusa da administração em implementar atividades educacionais ou de formação para pessoas cegas, mesmo diante das sugestões veiculadas no próprio jornal, que propunham a criação de uma “secção especial para cegos”, confirma essa lógica. A resposta, afirmando que esses sujeitos deveriam ser enviados ao Rio de Janeiro, onde existiam instituições especializadas, evidencia tanto a centralização dos serviços quanto a omissão sistemática na promoção de políticas de atendimento na província. Ademais, a justificativa de que os asilados estariam “esgotados das energias” e seriam “incapazes” de se engajar em atividades intelectuais ou artísticas reforça o modelo assistencialista excludente, que não reconhece nesses indivíduos qualquer possibilidade de emancipação ou desenvolvimento.

Paradoxalmente, o mesmo discurso reconhece que a ausência de um “regime obrigatório de instrução e distribuição de trabalho” comprometeria a regeneração dos internos. A menção a um “novo método sanitário” e à necessidade de “lutar com dificuldades insuperáveis” aponta para tentativas de reforma institucional, ainda profundamente condicionadas pela ótica do disciplinamento corporal e da medicalização da pobreza.

Na edição seguinte, o jornal *O Norte* manifestou novamente essa preocupação, destacando a necessidade de enviar pessoas cegas que viviam no “Asylo de Mendicidade” para o Instituto Benjamin Constant, possibilitando-lhes acesso à educação especializada:

Aqui escrevemos, há dias, algumas linhas insinuando que se tentam manter, nos modestos limites do nosso Asylo de mendicidade, uma **pequena secção para o ensino da escripta e da leitura dos cegos** que se tivesse de resolução de aproveitar-se as escolas d’aquelle piedoso instituto. A idéa não ficou sem ser reclamada áttenção do conselho director [...] Muito plausíveis e justas as idéas expostas na referida carta não seremos nós que as tivéssemos de contestar. Apenas nos permitimos, á liberdade de fazer uma nova vez uma ponderação que certamente não será levada a mal. Muito generosa e bella a idéia de se pretender enviar para o instituto Benjamin Constant, no Rio, os **cegos que, recolhidos aqui, apresentem certas proporções de aproveitamento intellectual**. Mas deve-nos ter de memória a impossibilidade que se nos tem mostrado de outras vezes que havemos lido cousas semelhantes [...] não se consegue achar na localidade pessoa capaz e interessada no ensino dos cegos (*Jornal O Norte* – 1913, edição 1.420, p.3, *grafia original*, grifos nossos).

A publicação intitulada nos traz algumas indicações valiosas. Primeiramente, parece que, em algum momento, havia atendimento de pessoas cegas mais jovens e não apenas de idosos, classificadas como aquelas que “apresentam certas probabilidades de aproveitamento intellectual”. Da mesma forma, a insistência na criação de uma seção para o ensino da escrita e leitura das pessoas cegas no Asylo de Mendicidade pode indicar alguma pressão diante das

ocorrências e demandas contínuas, resultando em uma análise do contexto, da realidade e das especificidades desse público em relação aos demais atendidos naquele espaço.

Nesse sentido, a publicação tensiona o papel do Asylo como simples abrigo de assistência básica e propõe, ainda que timidamente, uma ampliação de suas funções para incluir atividades educacionais. A valorização da instrução musical e da alfabetização, somada à referência positiva ao Instituto Benjamin Constant, revela o reconhecimento da importância de tais iniciativas.

Ainda que os registros formais de escolarização para pessoas cegas na Paraíba só apareçam com a fundação do ICPB em 1944, indícios apontam para práticas educativas difusas, não necessariamente escolares, mas que contribuíram para experiências de formação social e cultural. Como defende Brandão (2007), é preciso reconhecer como educação também os processos informais, as práticas cotidianas e os espaços não escolares que promovem sentidos, valores e aprendizagens.

Temos registros, por exemplo, de práticas educativas que seriam realizadas em torno de formação musical no Asylo:

Creio ser a música, como bem disse o artigo, um agente poderosíssimo. Já se acha no Asylo o instrumento e dentro de dias o **maestro encarregado do ensino**. É a música que há de ser, como o tem sido em outros Institutos, a ocupação útil, o recreio honesto e a disciplina moral de muitos infelizes. Já se acha providenciado o Asylo com outros **meios de recreação e até de instrução** e dentro de pouco, com os que se mostrarem habilitados para trabalhar, se organizará uma **oficina**, onde se ocuparão a custo das despesas internas [...] É a penosa e triste função de reunir os seres que não têm sequer um lar, para dar-lhes um abrigo, dar-lhes um pão e, **quando possível, alguma instrução** (Jornal *O Norte*, 1913, Edição 1419, p.1, *grafia original*, grifos nossos).

Neste caso, reaparece o debate em torno da educação, ao se apresentar a futura realização de atividades educacionais de formação em música, simultaneamente à prioridade sanitária, médica e alimentar. A educação era tratada como luxo contingente, reservada apenas àqueles que poderiam tirar algum proveito dela por meio da inserção no mundo do trabalho.

A introdução de atividades musicais e oficinas de trabalho, mencionadas no excerto, acrescenta uma nuance à função do Asylo de Mendicidade ao propor formas educativas de ocupação “útil” para os asilados. Nesse trecho afirma-se que “a música [...] há de ser [...] a ocupação útil, o recreio honesto e a disciplina moral de muitos infelizes” (Jornal *O Norte*, 1913, edição n.º 1.419, p. 1, *grafia original*).

A música, nesse contexto, é vista não apenas como entretenimento, mas como um instrumento educacional de disciplina e regeneração moral, reproduzindo a noção de que os corpos marginalizados poderiam, ao menos em parte, ser reabilitados por meio de práticas educativas e culturais controladas e direcionadas.

Cabe observar que, desde o século XIX, era relativamente comum que pessoas cegas fossem associadas a atividades musicais como possibilidade de profissionalização. Tal prática foi institucionalizada, por exemplo, no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, onde a música ocupava papel central no currículo e era concebida como um dos principais meios para garantir a subsistência e a integração social desse público (Limeira e Souza, 2008; Januzzi, 2004; Reily, 2008⁶).

No entanto, o mesmo discurso antes acionado é novamente reforçado: naquele momento, estavam mais ocupados com a higiene, a limpeza moral e física e o asseio do que propriamente com a educação intelectual dos internados. A proposta de organizar uma oficina para os asilados “que se mostrarem habilitados para trabalhar” também está carregada de seletividade. A inclusão era condicionada à demonstração de aptidão e disciplina, dois critérios fortemente marcados pelos valores produtivistas da época. Isso indica que, mesmo nas tentativas de inserção laboral ou educativa, o Asylo funcionava sob critérios excludentes, reservando essas oportunidades apenas àqueles que correspondiam a um mínimo padrão de normalidade.

[...] o velho Abílio, o asylado de quem vamos nos occupár, está condemnado à perpétua prisão do seu leito, porque além de cego, é paralytico. A maior satisfação que se pode levar a esse pobre velho, é uma notícia do coronel, seu protector e amigo, um illustre chefe político do interior [...] Velho Abílio é um modelo desses pensionistas, vivendo em paz, resignado com o seu destino, tendo sempre uma boa palavra de gratidão para quem lhe leva um sorriso, um aperto de mão, um signal de sympathia. (Jornal *O Norte*, 1914, Edição 01811, p.2, *grafia original*).

O caso do velho Abílio, publicado no Jornal *O Norte* (1914, edição n.º 01811, p. 2), ilustra a forma como a imprensa local construiu representações da deficiência vinculadas à resignação e à caridade. A descrição do personagem como cego, paralítico e preso ao leito acentua sua condição de dependência, enquanto a figura do “protetor e amigo”, um coronel do

⁶ Desenvolver-se como músico afirma a validade do conceito de compensação da perda visual. (...) Quem não enxerga, verá com outros olhos, os olhos de dentro. Para quem perdeu a visão, a audição será seu caminho de luz (REILY, 2008, p.259/261).

interior, reforça a lógica clientelista que atravessava as práticas filantrópicas. Ao exaltar sua gratidão e docilidade, o discurso jornalístico naturaliza a marginalização e legitima o Asylo como espaço de ordem e caridade, apagando as violências estruturais que condenavam indivíduos como Abílio ao isolamento e à passividade social.

Nesse contexto, a deficiência aparece como desvio individual, e não como produto de exclusão coletiva. A imprensa desempenhou papel central na consolidação dessa visão, funcionando como mediadora entre elites políticas e sociedade ao difundir ideais higienistas, religiosos e eugenistas. Mais que relatar fatos, jornais como O Norte produziram sentidos sociais sobre indigência e deficiência, estabelecendo fronteiras morais entre os “merecedores” de assistência e os indesejáveis à ordem urbana. O Asylo, assim, não só acolhia em nome da caridade, mas também disciplinava e retirava da rua corpos considerados perigosos, reafirmando o caráter normalizador das instituições assistenciais da Primeira República.

3. A emergência do Instituto dos Cegos

Mendicidade Ambulante. O espectáculo, que nos constringe, diariamente offerecido aos nossos olhos, dessa mendicancia composta de creaturas de todas as idades, perambulando pelas ruas e praças de nossas cidades e villas, parece-nos que assume também o aspecto de uma das chamadas questões sociaes [...] A repressão que terá de ser feita sel-o-á em nome da civilização; havemos de fazel-a, sim, mas, com a brandura e os processos que nos são dictados pelos nossos sentimentos de humanidade e **educação** [...] Asylo de Mendicidade. Instituição de assistencia, tão completa quanto o permittiem os recursos do meio, o Asylo Carneiro da Cunha bem poderia ser a semente a lançar pelas principaes cidades do interior do Estado (Jornal A União, 2 de dezembro de 1930, Edição 278, p.1, *grafia original*, grifos nossos).

O editorial de A União (1930), ao tratar da chamada “mendicidade ambulante”, ilumina uma dimensão frequentemente secundarizada na análise da assistência: a associação entre repressão, caridade e educação. Embora o texto reivindique medidas disciplinares, como a distinção entre a “verdadeira” e a “falsa” mendicância, sua proposta central não se restringe ao confinamento dos pobres, mas enfatiza a necessidade de instrução e profissionalização como estratégias de regeneração social. A educação, nesse quadro, era concebida como antídoto contra o “vício” e o “abandono moral”, permitindo transformar “criaturas de todas as idades” em cidadãos úteis à pátria.

Essa leitura adquire maior relevância quando se observa que, entre os públicos alcançados por tais discursos, encontravam-se também pessoas com deficiência. No caso da

Paraíba, o Asylo Carneiro da Cunha acolhia cegos, ainda que de modo incipiente, o que abre espaço para compreender como a deficiência era interpelada pelas mesmas lógicas de disciplina e regeneração moral. Como aponta Chalhoub (1996), a classificação moral dos pobres, entre dignos e indignos de assistência, atravessava igualmente os discursos sobre o corpo deficiente, considerado ora como incapaz e improdutivo, ora como recuperável mediante educação.

Foi nesse terreno discursivo que, uma década mais tarde, emergiu o Instituto dos Cegos da Paraíba, instalado dentro do próprio Asylo de Mendicidade. Sua criação pode ser interpretada como expressão daquilo que Sá e Maia (2012) identificam como movimento higienista: a tentativa de conjugar ordem urbana, filantropia e instrução. Especificamente, nossa hipótese é que a presença do Instituto, instalado no interior do espaço físico do Asylo, indica uma possível continuidade de práticas, experiências e propostas anteriormente em funcionamento no Asylo, ao mesmo tempo em que representava um ideal de melhoramento e refinamento dessas experiências, baseado no reconhecimento do potencial educacional das pessoas cegas.

Em outros termos, o Asylo pode não ter sido apenas espaço de atendimento assistencialista e social, mas também um laboratório de práticas ou projetos pedagógicos que, ao mesmo tempo em que buscavam normalizar, ampliaram o horizonte de possibilidades educativas desses sujeitos. Por isso, talvez se justifique o fato de que a primeira instituição destinada a pessoas cegas no estado tenha sido instalada em suas dependências. Supomos que tenha sido criado um nome para batizar a emergência do novo estabelecimento, mas que os alunos e alunas cegas (antigos asilados), os professores, as atividades e as salas de aprendizagem tenham sido os mesmos que já estariam ali atendidos, sendo somente, com o passar do tempo, realizadas ampliações diversas de público, de profissionais, de métodos educacionais e de formação.

Assim, a análise desse discurso de A União permite repensar o papel do Asylo Carneiro da Cunha para além da imagem de repositório de “mendigos inválidos”. Ao articular assistência, disciplina e educação, a instituição aparece como espaço ambivalente, que operava tanto a contenção da pobreza quanto a invenção de novas formas de escolarização e de inserção social para pessoas com deficiência, em especial cegos.

Assim como o Asylo parece emergir como pioneiro na história da educação de pessoas cegas na Paraíba a partir do início da década de 1910, nossas pesquisas indicam outras iniciativas importantes, entre as quais se destaca uma datada de 1935:

José Francisco Soares, pedindo licença, independente do pagamento de qualquer imposto, para funcionamento de uma **escola para cegos** e bem assim inscrição de um letreiro na fachada da casa n. 319, à rua do Baralho. — **Deferido**, à vista da informação (Jornal *A União*, Edição 179, 13 de agosto de 1935, p.4, grifos nossos).

Como se lê, o professor José Francisco Soares⁷ solicitava licença ao governo para a abertura de uma escola especializada no ensino de pessoas cegas na Paraíba. O pedido foi deferido, mas, infelizmente, ainda não localizamos mais informações a esse respeito. Entretanto, essa ocorrência já evidencia a possibilidade de terem existido diferentes iniciativas de ensino, formação ou escolarização de pessoas com deficiência no estado, que ainda precisam ser investigadas para que seja possível recuperar essa história de maneira mais aprofundada, evitando que ela fique centralizada exclusivamente no Instituto dos Cegos da Paraíba (1944) como marco inaugural absoluto.

Cinco anos mais tarde, o mesmo veículo de imprensa registrava outra ocorrência interessante, desta vez acerca do Asylo:

O INTERVENTOR [...] visitou ainda ontem, à tar-de, o Asylo de Mendicidade [...] chegou às 14.40, sendo recebi-do na sala da administração pelo sr. Bartolomeu Toscano, administrador do Asylo [...] Após ser batida uma fotografia dos asilados, tendo ao centro o Interven-tor Ruy Carneiro se retirou, tendo antes **falado a vários cegos** que procuravam ouvir a palavra do Chefe do Governo, prometendo aos asilados melhorar no que fosse possível as con-dições do Asylo, para o que já havi-am sido tomadas algumas providên-cias. (Jornal *A União*, 24 de agosto de 1940, Edição 188, p.8, *grafia original*).

A visita do interventor Ruy Carneiro ao Asylo de Mendicidade, registrada por *A União* em 1940, acrescenta novas camadas à compreensão do papel da instituição na década que antecedeu a criação do Instituto dos Cegos da Paraíba. O relato destaca não apenas o caráter cerimonial da visita oficial, com fotografias, manifestações de gratidão e promessas de melhoria, mas sobretudo a presença explícita de vários cegos entre os asilados: “falou a vários cegos que procuravam ouvir a palavra do Chefe do Governo”. Essa menção direta evidencia que, já antes da formalização do Instituto, a população cega constituía parte significativa do perfil de internos do Asylo, sendo percebida publicamente como grupo destinatário de cuidados específicos.

Esse registro é particularmente revelador porque aproxima, em um mesmo espaço institucional, duas dimensões que vinham sendo articuladas desde 1913: a assistência aos

⁷ Sobre o funcionamento da escola ou desse professor, sua formação ou experiência com ensino para pessoas cegas não encontramos nenhuma outra menção até o momento.

indigentes e a aposta na instrução como forma de regeneração social. Ao serem destacados no relato jornalístico, os cegos ganham visibilidade como sujeitos que, além da caridade, mereciam a atenção das autoridades políticas e o investimento em condições de vida mais dignas. Tal cenário reforça a interpretação de que o surgimento do Instituto dos Cegos da Paraíba, em 16 de maio de 1944, não representou uma ruptura, mas sim a institucionalização de práticas e preocupações já presentes no interior do Asylo de Mendicidade.

Nesse sentido, o discurso jornalístico de 1940 revela como a deficiência visual era incorporada às políticas de assistência sob uma lógica ambivalente: de um lado, reforçava-se a dependência da filantropia estatal e das elites políticas; de outro, reconhecia-se a necessidade de destinar atenção diferenciada a esses sujeitos, o que abriu caminho para iniciativas educacionais. No caso paraibano, a fotografia dos asilados com o interventor, mencionada na notícia, materializa a inscrição desses corpos, inclusive os cegos, em uma narrativa oficial de modernização e progresso social.

Assim, a análise desse recorte de *A União* permite compreender a proximidade temporal e institucional entre o Asylo de Mendicidade e a fundação do Instituto dos Cegos. Ambos se entrelaçam no mesmo projeto de filantropia pública e disciplinamento social, mas também na emergência de espaços de educação e reconhecimento para pessoas com deficiência visual.

Nesse enredo, o Asylo de Mendicidade Carneiro da Cunha constituiu-se como um dos marcos inaugurais no debate sobre a inclusão social e educacional de pessoas com deficiência na Paraíba. Para além de sua função assistencial, esse espaço converteu-se em lugar de experimentação e reflexão sobre práticas educativas dirigidas a cegos, tornando-se um campo fértil para a formulação de iniciativas que ultrapassavam a lógica da simples caridade. A presença de registros que destacam atividades de instrução, bem como as discussões promovidas em torno da necessidade de alfabetização, sinaliza que o Asylo operou como um laboratório social em que se articulavam ideias pioneiras de educação especializada. Foi nesse contexto que se consolidou a fundação do Instituto dos Cegos da Paraíba, diretamente vinculada à trajetória do Asylo e expressão da transição entre práticas assistenciais e políticas de formação educacional.

Considerações finais

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo permitem afirmar que o Asylo de Mendicidade da Paraíba, entre 1913 e 1944, constituiu-se em um espaço ambíguo. Embora

criado sob a lógica da caridade e do controle social, o Asylo também se configurou como local onde se ensaiaram práticas de caráter educativo, em especial relacionadas ao ensino da música e a atividades laborais, ainda que de modo restrito e subordinado às exigências assistenciais, e de onde emergiram ideias, interesses e projetos de educação especializada para a população cega, sobre cuja execução ainda não se sabe ao certo.

A investigação do contexto temporal evidencia que a educação ou escolarização das pessoas com deficiência visual na Paraíba não pode ser compreendida apenas a partir da fundação do Instituto dos Cegos, em 1944. Trata-se de um processo de longa duração, no qual práticas educativas foram sendo construídas no interior de instituições distintas, inclusive a partir de iniciativas de colégios particulares especializados, como o do professor José Francisco, que anunciava seu estabelecimento e o público ao qual se destinava em 1935 (Jornal *A União*, Edição 179).

Entendemos que o Asylo de Mendicidade não foi propriamente uma escola, mas um espaço de transição em que se articularam filantropia, higienismo, medicalização e iniciativas de ensino, formação e educação. Assim, a pesquisa apresenta dados inéditos sobre a história da educação para pessoas com deficiência visual na Paraíba, em um recorte temporal até agora não explorado. A ausência de estudos anteriores acerca desse período evidencia a originalidade da investigação, que amplia a compreensão sobre as práticas educacionais destinadas a pessoas cegas no estado e contribui para novas interpretações sobre os processos educativos desse público.

A análise desse contexto contribui para a história da educação ao destacar que experiências anteriores à institucionalização formal do atendimento escolar de pessoas cegas já revelavam formas de inserção, antes mesmo da consolidação de conceitos importantes, como inclusão, na área de Educação Especial e Inclusiva. Recuperar essas trajetórias é fundamental para possibilitar a compreensão da historicidade das práticas educativas destinadas às pessoas com deficiência e problematizar avanços e permanências nas políticas públicas contemporâneas.

Referências bibliográficas

BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- DAVIS, Lennard J. (org.). **The disability studies reader**. 2. ed. New York: Routledge, 2006.
- DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: EDUSP, 2022.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: ANPUH, 2005.
- JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.
- LIMEIRA, Aline de Moraes. **Luzes da instrução: iniciativas particulares de escolarização no século XIX**. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 25, p. 129-150, 2011.
- LIMEIRA, Aline de Moraes; SOUZA, Flávia Barreto de. **Espaços de aprendizagem para surdos, mudos e cegos: instituições educativas do século XIX**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 89, n. 222, p. 325-340, maio/ago. 2008.
- LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.
- MOREL, Marco. **Independência no papel: a imprensa periódica**. *Tempo*, Niterói, v. 5, n. 10, 2000. Disponível em: https://www.historia.uff.br/ceonupec/arquivos/2015/01/artigo_marco_morel.pdf. Acesso em: 5 out. 2025.
- OLIVER, Michael. **The politics of disablement**. London: Macmillan, 1990.
- REILY, Lucia Maria. **Músicos cegos ou cegos músicos: representações de compensação sensorial na história da arte**. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 28, n. 75, p. 245-266, 2008.
- RIZZINI, Irene (org.). **A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de; MAIA, Doralice Sátyro. **Movimento higienista e alterações do espaço urbano na cidade da Parahyba (1854-1912)**. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, v. 11, n. 25, p. 87-102, 2012. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273624812007>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SOFIATO, Cássia Geciauskas. **Pressupostos higienistas e o Imperial Instituto dos Meninos Cegos.** *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 37, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5902/1984686X85424>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial>. Acesso em: 6 set. 2025.

VARELA, Julia; ÁLVAREZ-URÍA, Fernando. **Arqueología de la escuela: la maquinaria escolar.** Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1991.